



ISSN: 2595-5713

Vol. 05 | Nº. 9 | Ano 2022

Ludomilo Raulino Fumo

O RITUAL “KUPALHA” COMO CAMINHO PARA EMPODERAMENTO E INCLUSÃO DO PODER LOCAL (AUTORIDADE TRADICIONAL) PELO PODER POLÍTICO NO SUL DE MOÇAMBIQUE

THE "KUPALHA" RITUAL AS A WAY TO EMPOWERMENT AND INCLUSION OF LOCAL POWER (TRADITIONAL AUTHORITY) BY THE POLITICAL POWER IN SOUTHERN MOZAMBIQUE

RESUMO: Este trabalho objetiva analisar como, a partir do ritual “Kupalha”, o estado moçambicano socialmente constrói a ideia de empoderamento para as autoridades tradicionais e seus líderes, em que a principal categoria é o tempo como dinâmica sociocultural na história de Moçambique. O comum é que na história colonial e pós-colonial de Moçambique, o aparato ideológico teve a mesma particularidade e a sua simbologia era partilhada por muitos, embora reprimida nos primeiros anos de independência. Estas práticas seculares só foram aceitas pelo partido no poder para resolver crises sociais ligadas à guerra civil. As representações sociais dos rituais como o “Kupalha” têm a sua influência na conquista de maior espaço de influência, sendo o principal motivo para a procura de auxílio dos governantes em figuras que controlam o poder ideológico. O ritual faz parte da identidade cultural que transcende a identidade política, através do qual se pode construir um estado-nação. O multiculturalismo é acionado para construção e consciencialização do indivíduo sobre a pertença a uma nação, mas não pode ser feito a partir da eliminação das microculturas.

PALAVRAS-CHAVE: Autoridades Tradicionais; Kupalha; Empoderamento.

ABSTRACT: This work aims to analyse how, based on the "Kupalha" ritual, the Mozambican state socially constructs the idea of empowerment for the traditional authorities and their leaders, in which the main category is time as a sociocultural dynamic in the history of Mozambique. What is common is that in the colonial and post-colonial history of Mozambique, the ideological apparatus had the same particularity and its symbolism was shared by many, although repressed in the first years of independence. These secular practices were only accepted by the ruling party to solve social crises linked to the civil war. The social representations of rituals such as the "Kupalha" have their influence in the conquest of greater space of influence, being the main reason for the rulers to seek help in figures that control ideological power. Ritual is part of cultural identity that transcends political identity, through which a nation-state can be built. Multiculturalism is triggered to build and make the individual aware of belonging to a nation, but it cannot be done from the elimination of microcultures.

KEYWORDS: Traditional Authorities; Kupalha; Empowerment.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

O RITUAL “KUPALHA” COMO CAMINHO PARA EMPONDERAMENTO E INCLUSÃO DO PODER LOCAL (AUTORIDADE TRADICIONAL) PELO PODER POLÍTICO NO SUL DE MOÇAMBIQUE

Ludomilo Raulino Fumo¹

Introdução

O “Kupalha”² aparece nas relações sociais moçambicanas como uma forma de invocação espiritual na qual se acredita haver uma comunicação entre os vivos e os mortos, seus antepassados. Normalmente, nesta forma de invocação os primeiros pedem bençãos e agradecem aos que já se foram. Também é o momento em que se apresentam como novos membros da família a estes, já falecidos. Este ritual é aplicado na comunidade, assim como na família como núcleo fechado, onde é normalmente responsabilidade do ancião mais velho dirigi-lo. No âmbito da comunidade se apresentaria nos moldes dos antigos estados e reinos, sendo de responsabilidade para a implementação de estruturas que controlam o poder ideológico para tal. Os rituais de invocação de espíritos são naturalmente encontrados em quase todo Moçambique. Portanto, a preocupação com o sul se prende ao fato do conhecimento que tenho do nome que é usado para esta invocação que é o “Kupalha”. Este pode ser praticado como forma de demonstração de reconhecimento do Estado no tocante aos valores culturais das comunidades, assim como ser símbolo de coesão dos súditos perante os seus líderes que detém o poder de manusear com a fórmula inserida neste ritual.

O recurso governamental, aos ônus das autoridades tradicionais, numa fase em que decorria a guerra civil, 1976-1992, constituiu uma forma de se aproximar destes com quem se havia criado uma relação díspare, baseada nos contra-atos considerados obscurantistas dos aspectos culturais africanistas. Esta aproximação levou a promulgação de leis que tinham como intuito empoderar os líderes tradicionais, tornando-os parceiros do governo em cerimônias e coação das comunidades a favor dos ditames governamentais, que teriam em troca o seu prestígio, uma vez que este passaria a ser chancelado pelo governo que criou vestes próprios para este grupo. Neste artigo, problematizo os debates encontrados em alguns espaços do sul de Moçambique sobre se a relação existente entre o poder político e as autoridades tradicionais é de

¹ Mestre em Antropologia Social pela Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique) e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS. ludo.fumo@outlook.com

² Langa define Kupalha como um ritual, processo de invocação dos *tinguluve* - espírito dos homens mortos ou em honra aos mortos, algo que é dominante em muitas regiões do continente africano. Neste em particular, um ancião da linhagem, da família ou líder comunitário oferece em forma de sacrifício ou gratidão um animal (entre eles vaca, cabrito ou galinha), e atualmente cereais e bebida tradicional (que foi permutado para o vinho, aguardente ou cerveja -o importante é que não sejam doces) ao homem morto, de modo a pedir benção ou agradecer as benesses alcançadas pelo indivíduo ou grupos nas suas pretensões e realizações (LANGA, 1992).

dependência, submissão ou alteridade, partindo dos atos governamentais com vista ao empoderamento "fictício" através da participação dos líderes tradicionais, como autoridades, nas atividades do estado pelo "Kupalha" como ritual de invocação dos espíritos para apaziguá-los e abençoarem os feitos governamentais. Além desta participação, não há outra aparição no sistema político-estadual deste nível de autoridade local, deixando outras atividades unicamente a cargo da autoridade político-moderna.

Entretanto, por ser notável uma progressiva atuação das autoridades tradicionais como parceiras do governo, com objetivos de mitigação de problemas na comunidade, na construção e nas inaugurações de benfeitorias governamentais e públicas, torna-se importante debater práticas e crenças que norteiam as relações entre o tradicional e moderno, que levaram o Estado moçambicano a superar as dificuldades de relacionamento entre o governo socialista de vanguarda Marxista- Leninista com as autoridades tradicionais existentes, durante o período pós-colonial, no sentido de construir novas relações de parceria e submissão do poder tradicional. A forma de inserção das Autoridades Tradicionais- AT's no sistema político local é difusa, ao se perceber que o seu papel simbólico não se transmite na posse de bens, como acontecia no sistema pré-colonial em que faziam parte do sistema político com benesses financeiras. Os membros das Autoridades Tradicionais - AT's, em sua maioria nos círculos rurais onde são mais conhecidos, fazem parte das populações desprovidas de riqueza financeira. Estes, no entanto, são figuras indicadas pelo governo, e são financeiramente estáveis em relação às figuras simbólicas das AT's, controlando todo sistema financeiro da localidade sob sua jurisdição.

No entanto, encontra-se o primeiro item que contextualiza e problematiza o que terá sido o tratamento dado aos rituais em Moçambique, com incidência para os primeiros 17 anos pós-coloniais e as mudanças que mais se fizeram sentir nos últimos 10 anos, com o massivo progresso do empoderamento das autoridades tradicionais, iniciado a partir da promulgação do artigo 118 de 2004. Este abria espaço para que as autarquias se abrissem e acomodassem a estrutura tradicional existente como uma das formas de poder local em Moçambique. Ao decorrer deste trabalho, no segundo item, discuto os dilemas que estiveram por trás da negação a todo sistema pertencente as culturas africanas, e como isso é entendido pelos principais atores políticos; e no último item, tento olhar para os desdobramentos que o Estado moçambicano assume para a aceitação das bases culturais tradicionais dos povos que compõem o vasto mosaico deste país.

1. Contexto e a problemática em torno dos rituais em Moçambique

O contexto histórico de Moçambique permite pensar num país heterogêneo, sobre o qual a questão cultural e os problemas identitários são numerosos. Alguns destes decorrem da existência dos diversos grupos étnicos, com seus hábitos e costumes. O sul de Moçambique é representado, maioritariamente, pelas etnias: ronga, changana, chope, guitonga e tswa que recorrem ao “Kupalha”, como rito para invocar os espíritos dos antepassados.³ Por outro lado, só com o fim da guerra civil de 1992 é que esses hábitos passaram a ser expressos e aceites pelo poder político (LOURENÇO, 2007, p. 199), o que em parte passou a ser alicerce do regime para coesão e coação das AT's para representá-lo. O objetivo é analisar como o ritual “Kupalha”, que é revestido de significação social e está em permanente diálogo entre o político e a cultura, é utilizado pelo poder estatal para representar um empoderamento ou emancipação das autoridades tradicionais no sul de Moçambique. Para tal, procurei refletir nas seguintes disposições: o sentido em que é pensado e simbolizado o ritual, ligando a base cultural-tradicional com o governo e, portanto, como é que grupos políticos se apoiam na autoridade tradicional e nos ritos para manutenção do seu *status* político?

A relação entre o poder político (moderno) e o poder ideológico (tradicional) é antiga, remontando ao nascimento dos impérios, reinos e estados pré-coloniais, a exemplo de Manyikeni (1200-1700 d.C.), Marave (1200-1400 d.C.) e Muenemutapa (1430-1760 d.C.). A relação existente entre estes foi, conforme Serra (2000 p. 38-39), na História de Moçambique, significava a subordinação de um ao outro e às vezes a dependência mútua. Relação esta, que mesmo com dissolução desses pela ação do imperialismo colonial, manteve a existência da figura do poder local que, embora com a progressiva catequização das chefaturas, atendia assuntos que o sistema colonial não podia agenciar entre os “indígenas”, criando um sistema pluralista. A incidência do colonialismo, antecedido pela penetração mercantil nos finais do século XV e mais tarde pela penetração colonial nos finais do século XIX, realizou-se através da eliminação das estruturas de poder existentes nos antigos reinos pré-coloniais e uma delimitação de fronteiras negociadas no velho continente, a “Europa”.⁴ Este período foi importante porque viu o surgimento da segregação, que criou o estatuto de brancos, negros assimilados (que já haviam abraçado a educação europeia e cristianizada, embora não tivessem abandonado sua origem racial), e indígenas (aqueles que não foram educados nem cristianizados).

³ Adriano Langa discute o rito em questão, por sua capacidade de promover a conexão entre o mundo dos homens, onde os vivos possam comunicar-se com os mortos, a partir da possessão espiritual. Ver: LANGA, 1992.

⁴ Carlos Serra, no manual de História de Moçambique, Iº volume, traz a ideia de que a penetração mercantil se difere da colonial pela sua incidência na costa, com objetivos totalmente comerciais, e onde normalmente havia uma enorme intervenção de intermediários africanos, enquanto a penetração colonial para África só começa após a partilha feita entre as grandes potências da época na conferência de Berlim, com o pacto de ocupação efetiva (SERRA, 2000).

Observa-se então, que no período pós-colonial, em vista da construção de uma identidade política que transcendeu a cultura, os princípios estabelecidos pelo primeiro estado de vanguarda marxista-leninista foram vistos como processos incompletos e justificados em torno da construção de diferentes identidades geracionais. que, por sua vez, também foram questionados devido à constante necessidade de entender a forma de sua incorporação, levando à concessão de recompensas às autoridades tradicionais uma vez rejeitadas no processo de construção identitária, mas que hoje são aceitos pelo segundo Estado em que os atores políticos decisivos são na maioria do primeiro, que era marxista-leninista.

O recurso a invocação dos espíritos pelos líderes tradicionais em cerimônias, sob requisição do Estado, tornou-se notável em alguns distritos nos últimos anos, devido à uma tendência governamental do reconhecimento e empoderamento dos líderes tradicionais (instâncias não oficiais) para evitarem conflitos com os donos da terra (mortos e vivos) no uso da mesma pelo estado. Este recurso à ajuda dos líderes tradicionais para solução de conflitos espirituais tornou-se objeto de análise nos casos de desmaios, reportados por órgãos de comunicação social nos últimos tempos, a exemplo do mistério da escola assombrada (Na cidade de Maputo), dos espíritos que perseguem rapazes, e nas escolas do norte de Moçambique, que registra a quarta vaga de desmaios (VERDADE, 2010; DOMINGO, 2015; LUSA, 2015) e que passou a ser preponderante para se pensar neste papel simbólico das AT's perante ao governo.

Estes rituais simbolizam a estrutura social de um grupo, com suas bases culturais definidas, que Radcliffe-Brown (1940, p. 2) entende como uma estrutura viva que está conectada à rede complexa destas relações sociais e antropológicas, posto que estas sejam construídas como resultado de interesses mútuos e a inexistência de sociedades modelos. É dentro da nova rede de relações na Moçambique pós-colonial que tentou-se edificar uma estrutura social consideravelmente de um viés fora de consonância com o que era a realidade dos povos, e fundado em um discurso marxista-leninista que se propalava nos valores, práticas e costumes dos países seguidores do bloco socialista, comandado pela antiga URSS. Tal perspectiva e visão dos dirigentes do Estado foi modificada, ao assumirem a existência de entendimentos que são socialmente construídos em torno da necessidade de coesão entre o poder político e cultural, através dos líderes tradicionais, possuidores do controle ideológico tradicional. Nota-se, no "Kupalha" no Sul (Maputo, Gaza e Inhambane) e outros pontos de Moçambique (embora com outros nomes) que este é um caminho pelo qual o estado negocia acesso aos ritos, e através destes controla a autoridade tradicional, que detêm a comunicação com os espíritos dos antepassados. Este controle, em parte, serve de base para submissão da coletividade e mecanismo pelo qual se pode controlar possíveis rebeliões contra o estado.

Dentro dessa nova abordagem dos costumes de povos, a partir de uma análise sobre os indígenas amazônicos, Carneiro da Cunha (2009, p. 317) traz uma importante contribuição sobre a dimensão em que os estados se tornaram intermediários na negociação para utilização dos conhecimentos tradicionais, que coloca o estado como linha equilibradora da aceção ao que é tradicional, ratificam o uso público dos rituais pelo controlo das AT's, que ultimamente são aceites sob ratificação hegemônica do poder político moderno. Nota-se que este empoderamento e participação das AT's no panorama de atividade política passou por um desfasamento enorme, pela imensidão do processo histórico da formação do estado moçambicano, com fases de negação a estes e de aceitação que pressupõe para esta última um aparente enquadramento destes. Tal questão revela-se diante do fato destes, as AT's, passarem a coabitar o espaço do cerimonial, conforme lhe foi atribuído pelo governo, passando então a fazer parte de um esquema que tem também a ligação entre os antepassados da localidade e o governo, para legitimar este último perante àqueles e a população, no que diz respeito às atividades e realizações governamentais nas localidades.

Este controle, em parte, serve de base para submissão da coletividade e é mecanismo pelo qual se tenta controlar possíveis rebeliões contra o estado, uma vez que este, ao abrir espaço para que as AT's se insiram no sistema, passam a ser figuras simbólicas em cerimoniais, onde o poder político tem como decidir sobre outras coisas basilares, a exemplo do tempo que é dado a estes para se pronunciarem e “palharem”. Seu único papel crítico é contatar figuras que não se comunicam com aqueles que não estão autorizados a fazê-lo e que também carecem do conhecimento de onde observamos o que Meneses (2009, p. 37) chama de assimetrias nas relações de poder.

2. Dilemas por trás da negação do estado, e a atuação do poder tradicional.

Na antropologia social, a discussão em torno das diversidades culturais e opções políticas, que vão das narrativas, rituais, profissão, religião, pertença étnica, práticas e até memórias conglomeradas de títulos comuns se mostraram caminhos de como poderia tratar e discuti-los dentro dos paradigmas das Ciências Sociais. No entanto, nessas formas de tratar assuntos sociais, a perspectiva em como se percebem os rituais no panorama político-cultural tornou-se campo relevante para discutir a confluência entre Estado (moderno) e poder local (tradicional)⁵ e que pode galvanizar as discussões sobre política e cultura.

⁵ A existência da dicotomia moderno e tradicional é referido neste trabalho como a “*dicotomia moderno-tradicional, uma das variáveis dicotômicas estruturantes do Estado contemporâneo onde o tradicional surge associado a contextos rurais como espaços de persistência de estruturas de poder pré-coloniais*” (MENESES, 2009, p.11).

Quais são as redes de divergência e convergência entre estes dois tipos de poder, que se destinam a atuar como elemento exponencial diante da população, onde um deve reforçar o outro, estabelecendo um longo prazo para a eliminação do outro grupo, tendo em mente que isto é necessário para manter a coesão e pode ser uma forma de construir o Estado-nação. No mesmo espírito, é importante examinar a narrativa da governança, que é simétrica à ideologia da vanguarda marxista-leninista, passando das leis e escritos de Samora Machel para a classe ideológica do partido Frente - FRELIMO, no qual aspectos culturais da tradição africana fazem parte tanto da velha sociedade quanto da nova sociedade:

O estudo «EDUCAR O HOMEM PARA VENCER A GUERRA, CRIAR UMA SOCIEDADE NOVA E DESENVOLVER A PÁTRIA»... Devido ao conhecimento superficial que tem da natureza, a sociedade tradicional concebe-a como uma série de forças de origem sobrenatural, mais ou menos hostis ao homem. Daí o facto de que na educação a superstição ocupa o lugar da ciência. Por outro lado, o fraco desenvolvimento da economia tradicional, baseada na agricultura de autoconsumo, leva ao isolamento da comunidade. Aproveitando-se da superstição das massas e do isolamento da comunidade, certos grupos sociais conseguem manter a sua dominação retrógrada sobre a sociedade. Dentro deste contexto, a educação visa transmitir a tradição, erigida em dogma. O sistema de classes, de idade, de ritos de iniciação, tem por objetivo integrar a juventude nas ideias velhas, destruir-lhe a iniciativa. Tudo o que é novo, diferente e estrangeiro, é combatido em nome da tradição. Assim se impede todo o progresso e a sociedade sobrevive no seu imobilismo (MACHEL, 1978, p. 3).

A relação entre o poder moderno (Estado) e o poder tradicional pós-colonial (1975) em Moçambique é tanto histórica-antropológica quanto parte de uma nova visão política sobre o país. Apenas dois anos após a independência, foi lançada uma nova abordagem política, promovendo um projeto nacionalista moçambicano que visava a homogeneizar os cidadãos no espírito revolucionário da época (PAREDES, 2014, p. 132), dentro da ideologia socialista de político-econômica centralizada. Isto, na política indenitária, levaria à tentativa de construção de uma nova identidade por meio de coação social dos diversos grupos e passava pela ideia de “Matar a Tribo para Construir a Nação”. A idealização da Nação nos “moldes” socialistas, que era o novo paradigma político vigente, conduziria a um pressuposto assentado na homogeneidade, que seria a tipologia da não existência de grupos étnicos de referência e a revolução social incluiria essa noção de um povo uno e pluriétnico. Seus membros não devem reconhecer as práticas culturais consideradas retrógradas e puníveis aos olhos do sistema governamental (HONWANA, 2002, p. 171). Estas deveriam ser abandonadas, sob controle dos grupos de vigilância popular outrora existentes.

Esse não-reconhecimento dos aspectos ligados às identidades culturais existentes em Moçambique foi um dos vetores de divergências entre o Estado moderno e o AT's (na condição de autoridades tradicionais), dado que as suas práticas não deviam ser recordadas e nem

seguidas. Com o tempo, passaram a ser clandestinas. Todavia, com o fim da guerra civil, em 1992, passaram a fazer parte das cerimônias de Estado, como lançamento da primeira pedra ou inauguração de instituições e em locais onde existiam órgãos tradicionais se fazia através do “Kupalha” a comunicação entre os vivos e os antepassados do local. No período de negação dos valores culturais, tradicionais dos moçambicanos, a relação entre o Estado e as AT’s eram conflituosas, culminando na caça dos praticantes da medicina tradicional e dos seguidores dos ritos tradicionais como o “palhar”, por exemplo. Foi missão de alguns agentes caçarem praticantes e alguns foram punidos (HONWANA, 2002, p. 171). Durante este período, segundo Lourenço (2009, p. 119), aqueles que seguiram a cultura tradicional tiveram que manter suas práticas num contexto conturbado, em intenso sigilo para não as abandonar, e alguns até as adaptaram a outras formas de religião disfarçáveis ao sistema.

Ao partir da formação do Estado-nação, a identidade política que deveria influenciar o novo e desejado padrão cultural de princípios estabelecido pelo primeiro Estado independente foi vista como um processo inacabado e justificável em torno da construção das diferentes identidades geracionais⁶. Devido à contínua necessidade de entender sua forma de inclusão, que leva à concessão de uniformes e galardões aos AT’s antes eram rejeitados neste processo estatal, agora são aceitos pelo segundo Estado, onde os atores políticos decisivos são em grande parte os mesmos que pertencem ao mesmo partido de independência. Dentro do pensamento colocado acima, precisamos olhar e entender o prisma no qual as relações entre os órgãos do estado e o governo local estão estruturadas, considerando os distritos do sul de Moçambique, a saber, Marracuene, Manhiça, Xai Xai e Homoine: Locais estes, onde recentemente foram construídos escritórios governamentais invocando os ancestrais da "Kupalha", e onde o desmaio de alunas de escolas secundárias são, presumivelmente, atribuídos à zanga dos espíritos locais. Isso forçou o o Estado, através das AT’s, a recorrer a esta cerimônia para apaziguar os espíritos.

Além disso, de acordo com Honwana (2002, p.179), era notório que alguns líderes do regime, e especialmente os membros de base da FRELIMO, não se separaram de sua base sociocultural visitando, consultando e procurando ajuda das "nyangas"⁷, que faziam parte do sistema tradicional e prestavam serviços para que se comunicassem com os espíritos de seus antepassados e e na busca de sorte em determinadas atividades em que estivessem envolvidos ou

⁶ Há três gerações no pós-colonial em Moçambique: A primeira é a de Nhachingueia, historicamente ligada a Nhachingueia na Tanzânia onde se uniram os movimentos independentistas em 1962 formando a FRELIMO; a segunda considera-se a 8 de Março de 1978, que foi recrutada pelo governo do então presidente da República Popular de Moçambique Samora Moises Machel para ocupar os diversos lugares no setor econômico do país para cobrir a escassez deixada pelos colonos; e a geração dos continuadores, que é a de 1980, que tende a mudar a forma de pensar, mantendo-se distante da história propagada pelas outras gerações.

⁷ Honwana diz que “Nyanga”, traduzido para português curandeiro, é o praticante da medicina tradicional por chamamento, com poderes curativos, divinatórios e de eficácia ritual. Normalmente são indivíduos possuídos por

para o rápido enriquecimento. Estas consultas aos "nyangas", mesmo por parte desses políticos, eram feitas num sistema de secretismo autêntico e que não podia ser de atributo público, funcionando na modalidade de duplo pagamento por parte do político que consultava, em dinheiro e pela não denúncia mútua. A partir de 1992, a constituição da república passou por mudanças que visavam, em parte, ao fortalecimento do poder local. Depois de 2000 foi promulgada, através dos diversos rituais, dos quais faz parte, nos diversos níveis de governo, através do decreto de 15 de junho de 2000 (LOURENÇO, 2009, p. 131). Este empoderamento pode ser interpretado em estudos antropológicos-culturais como uma perspectiva de legitimação das autoridades tradicionais perante o povo pelo Estado (LOURENÇO, 2007, p. 204), o que pode influenciar a compreensão da importância das práticas que envolvem grupos étnicos em Moçambique.

No entanto, nessas práticas étnicas de cada grupo, os rituais são atualmente utilizados pelo Estado para apaziguar conflitos com os espíritos ancestrais e têm significados que acompanham as experiências e a história do grupo, e só podem ser entendidos de acordo com normas culturais fechadas. É nesta problemática que encontramos a compreensão da relação entre o poder político e os AT's em termos de um empoderamento "fictício" através da participação destes últimos nas atividades do Estado através do "Kupalha" como um ritual de invocação dos espíritos para apaziguá-los e abençoar as ações do governo. Nesta perspectiva, o cruzamento de perspectivas sociais, culturais e políticas parece ser espaço favorável para analisar a construção da relação social entre a autoridade política e as AT's, baseada em rituais como o "Kupalha" pois pessoas com experiências comuns e grelhas de significados compartilhados acabam utilizando-as para a manutenção e legitimação dos processos de identidade cultural do grupo. Nesta perspectiva, a "Kupalha" assim como outros rituais são espaços de análise social, pois refletem o subjetivo, onde surgem vários dilemas que precisam ser compreendidos, e a partir dos quais a sociedade pode ser estudada e compreendida.

3. Que desdobramento o Estado assumiu para legitimar as AT's.

Nesta seção, a argumentação acontece dentro das várias perspectivas da construção social das relações entre estado moderno, detentor de leis que executam o poder sobre o povo, e as autoridades tradicionais, detentoras do poder tradicional (e, por isso mesmo, controladoras do poder espiritual). Estas últimas culturalmente ritualizam as cerimónias do estado, comunicando os vivos com os antepassados. Para compreender essas perspectivas, torna-se necessário entender

espíritos dos defuntos, que quando possuídos tem capacidade de comunicação com esses espíritos (HONWANA, 2002).

a estrutura que se encontra por detrás do papel que os rituais conectados à política passaram a ter na construção das relações entre os que gerem esse estado e a autoridade tradicional. A partir destes, percebe-se como é que os conhecimentos populares sobre a tradição são entendidos e aplicados pelo estado.

Que tipo de simbolismo carrega a cultura, o que faz dela uma base para a legitimação das crenças individuais ou grupais que podem ser contextualizadas em eventos sócio-políticos, e como os grupos políticos dependem da autoridade e dos ritos tradicionais para manter sua posição política? Deve-se notar, portanto, que o ato de "Palhar" tem uma carga ideológica em seu ato performativo, o que lhe confere uma dimensão comunicativa com os ancestrais, a partir da qual deve necessariamente ser cumprido nos vários momentos da vida do indivíduo e da coletividade, o que pode ser compreendido desde a dimensão cristã até os ritos simbólicos que se cumprem performaticamente no ato bíblico de divisão e partilha do corpo de Cristo representado pela hóstia e do vinho que personifica o sangue de Cristo.

A crença que os praticantes destes atos, tem na sua eficácia, torna as figuras centrais. Neste caso, as AT's são capazes de usar sua posição na sociedade para legitimar uma certa liderança política e forçar seus seguidores a seguir as instruções dos políticos, conforme observado por Minter (1998, p. 135). Este se referia a um período em que, na sua opinião, a cultura considerada retrógrada estava sendo erradicada, um período em que alguns 'nyanga' e as AT's eram supostamente a base do Movimento de Resistência Nacional Moçambicana - RENAMO - um grupo guerrilheiro contra o governo moçambicano. O governo da FRELIMO, por seu lado, percebeu a necessidade de se aproximar desses para capitalizar, como indica Meneses (2009, p. 31), o apoio perante ao povo e numa fase tardia usou o mesmo grupo contra o seu inimigo.

Em um esforço para obter este apoio popular, foi necessário tornar-se mais flexível e, assumindo a importância de combinar o costume com o moderno, o Estado adotou uma política cultural que, segundo Meneses (2009, p. 31), foi confirmada pelo artigo 118 da Constituição de 2004. 31). A necessidade de valorizar a base habitual da população confirmou as decisões do quinto congresso do partido FRELIMO em 1989, que, juntamente com suas resoluções, decidiu aproveitar seu apoio e reduzir a base de apoio da RENAMO, com a qual estava envolvida em uma guerra civil que só terminou em outubro de 1992. Nesse processo, as AT's foram rejeitadas pelo governo, sendo vistas como influentes na legitimação do verdadeiro inimigo do povo.

O curso da guerra civil teve um impacto direto na mudança de atitude do governo liderado pela FRELIMO, pois a necessidade de controlá-los e impedi-los de apoiar o inimigo tornou-se um fator indiscutível, juntamente com o poder coercitivo desses líderes tradicionais sobre a população. Entretanto, tornou-se parte de sua função auxiliar o Estado na gestão da comunidade através do aparato ideológico que possuem como detentores de um conhecimento imaterial e que não elegível a qualquer indivíduo fora do eixo familiar da linhagem real de um espaço georreferenciado que é herdado conforme o desejo dos mortos.

Porém, é preciso ter em mente que herança por desejo espiritual, base do princípio tradicional africano, com o colonialismo e o governo dos países africanos independentes também passaram a ter que ser de agrado das lideranças políticas. Durante a ocupação colonial, os opositores do regime foram substituídos por seus familiares, mesmo que fossem parentes hereditários em simpatia com o regime, como o envolvimento de mercadores portugueses na ascensão ao poder dos novos Changamira reinantes no estado de Muenemutapas (SERRA, 2000, p. 35). Situação que alterou, até atualidade, o sistema de herança de poder entre as Autoridades Tradicionais que perderem o seu real poder perante o sistema político mesmo com a independência.

Os atos praticados pelo Estado, por exemplo, no reassentamento das populações para a construção de qualquer empreendimento, com a realização de um ritual para se comunicar com os ancestrais e pedir sua bênção, significa que eles o aceitam e que o trabalho pode continuar. O cumprimento do dever para com os antepassados implica a existência de um selo chancelado pela autoridade tradicional competente, como mostrado no exemplo abaixo, onde o antigo presidente Armando Guebuza, com a anuência e as instruções da autoridade tradicional, selou o contrato com os espíritos dos antepassados.

Fotografia: A cerimônia Kupalha, sob direção de líder comunitário, na presença do ex-Presidente



Fonte: página armandoemilioguebuza⁸

⁸ Disponível em: <www.armandoemilioguebuza.mz> acesso em: 12 de set. 2019.

A relação em contínua construção entre o estado e as autoridades tradicionais para o controle de conflitos espirituais tem sido de praxe nos últimos tempos. Tem sido prática comum do governo consultar as autoridades tradicionais nos processos de parcelamento de terra para a implantação de novos conjuntos habitacionais, a construção de grandes instalações industriais privadas e terrenos para instalações estatais, e na colocação da pedra fundamental para a construção de serviços diversos. O envolvimento da autoridade tradicional não é apenas uma indicação de que aspectos das identidades socioculturais existentes são cruciais para o desenvolvimento, mas também um motivo para debates sobre o fato de que o não reconhecimento cria conflitos entre o estado moderno e os detentores do poder tradicional que devem ser evitados. No entanto, nestas práticas étnicas, os rituais que o Estado utiliza hoje para apaziguar conflitos com espíritos ancestrais têm significados relacionados às experiências e à história do grupo que só podem ser entendidos em termos de normas culturais fechadas e são geralmente responsáveis pelo ressurgimento da etnicidade (MANDANI, 2005, p. 2). Este texto procura problematizar qualquer possível debate sobre o envolvimento das autoridades tradicionais nas atividades estatais em algumas partes do sul de Moçambique através do ritual do “Kupalha” como ritual de invocação de espíritos para apaziguá-los.

Nota-se que o uso “Kupalha” para tal, incidentemente no Sul (Maputo, Gaza e Inhambane), tornou-se como um caminho pelo qual o estado alcança e negocia o acesso aos costumes, para através deste controlar a autoridade tradicional que detêm na comunicação com os espíritos dos antepassados. Este controlo em parte serve de base para submissão da coletividade e mecanismo pelo qual se pode controlar possíveis rebeliões contra o estado. E, portanto, é preciso redimensionar a principal possibilidade existente para que políticos se apoiem da autoridade tradicional e dos ritos para manutenção do seu *status* político.

Levando em conta o novo paradigma do Estado, que abre um espaço de discussão sobre o tipo de relações existentes entre Estado e sociedade, considerou-se que a forte rede de relações sociais, culturais e políticas deveria ser evidente em todo o crescimento do país, mesmo que esteja associada a diferenças nos níveis micro e macro, como se refere Sousa Santos e Meneses (2009, p. 9) ao tratar das relações que são sempre culturais. Isto leva ao fato de que estas relações devem ser construídas considerando que aqueles que são tidos como líderes comunitários nos processos políticos têm a oportunidade de participar destas tensões ou contradições que possam ter existido no passado. Nota-se que o uso do “Kupalha” para este fim, além disso, no Sul (Maputo, Gaza e Inhambane), tornou-se como um caminho pelo qual o estado alcança e negocia o acesso aos costumes, para através deste controlar a autoridade tradicional que detêm na comunicação com os espíritos dos antepassados. Este controle serve, em parte, como base para a

submissão coletiva e como um mecanismo para controlar qualquer rebelião contra o Estado. Portanto, é necessário reconsiderar a principal possibilidade para os políticos de confiar na autoridade tradicional e no ritual para manter seu status político.

As diferenças culturais e políticas, consideradas por Minter (1998, p. 135) e Honwana (2002, p. 199) em Moçambique, terão sido exemplos da reprodução de certos problemas que se consubstanciaram na guerra pós-colonial e que, por sua vez, terão minado esse processo de tentativa social de construção duma identidade moçambicana única, livre e capaz de congregar as múltiplas identidades étnicas. Considerando a impalpabilidade, capaz de criar conflitos, Pina Cabral (2003) olha para o efeito instável temporal das relações que a definem, sendo para tal necessário considerar que é parte dominante da construção social de um país.

Rituais como ao “Kupalha” fazem parte da cultura. São processos que são construídos e mantidos conforme diferentes aspectos dessa sociedade, mas o uso deles pelo poder político tornou-se a base para os enormes discursos em que o Estado começa a usá-los como um suporte para si mesmo. Portanto, esta nova abordagem foi testada pela primeira vez no nível das bases, começando com uma lei nas assembleias municipais em setembro de 1994. Dois anos após a guerra civil, o Governo da República de Moçambique já os havia autorizado a dar às agências de assistência técnica um papel privilegiado e a cooperar em um nível mais próximo da população, já que eram detentores de conhecimentos como figuras administrativas simbólicas reconhecidas pela população nas áreas em que existiam. (FLORENCIO, 1998, p. 385). Sendo que, a partir desta época foi criado um sistema de cooperação que está em constante progresso através de fornecimento de uniforme castanho de caqui, como podemos ver nas fotografias pelas patentes, com determinadas insígnias e subsídios simbólicos.

Na foto abaixo, como podemos ver, aparece Daviz Simango, Presidente do Conselho Municipal da cidade da Beira, no centro de Moçambique. Ele está sentado na esteira com os régulos desta cidade de joelhos, a “palharem” para a inauguração do trecho recém-pavimentado da estrada N6 na parte que pertence à autarquia, não fora do sistema tradicional de símbolos. É notório na figura o empoderamento nacional das AT’s, que passaram a ter papel também não só na comunicação dos vivos para com os mortos, mas também os vivos passaram a lhes invocar para agradecer e pedir que as infraestruturas servissem as comunidades para as quais foram construídas e chegassem às bases.

Fotografia: Do “palhar” para inauguração de estrada pelo presidente do CMCB**Fonte:** Município da Cidade da Beira – 10/07/2019

A observância do cumprimento dos ritos tradicionais com participação das AT's não só acontece em cerimônias do estado, sob direção do presidente da República, como visto na primeira imagem. Nas autarquias locais, também, faz-se a réplica como é visível na imagem acima, em que o presidente do município da Beira aparece sentado, na esteira, de pernas cruzadas assistindo a dois líderes tradicionais que evocavam espíritos dos antepassados para que abençoassem a estrada recém-construída. A estes antepassados os líderes tradicionais, trajados de fardamento castanho com insígnias simbólicas da modernidade, fazem a evocação com oferendas de farinha de milho e bebidas alcólicas importadas como o champanhe e alguns refrigerantes, sem mostrar nenhuma bebida de produção local.

A mudança de comportamento em relação às autoridades tradicionais por parte dos poderes políticos que anteriormente as negavam sugere um processo dinâmico de mudança ao longo do tempo, servindo para uma análise do significado desse poder à medida que eles são ativados nos indivíduos. Este poder tem o potencial de provocar mudanças sociais que se refletem na coletividade, sendo parte dos mecanismos de manipulação que foram descobertos para subjugar algumas das pessoas que normalmente se permitem ser controladas pelo líder tradicional. Assim, a crença subjetiva de que os espíritos ancestrais têm um forte poder sobre a vida dos vivos.

É dentro deste enfoque que se investiu, por parte do governo, numa imagem de existência de alteridade entre as duas partes. Portanto, onde os aspectos político-econômicos estão totalmente assegurados que competem só a autoridade política-governamental (moderna) e que as AT's passavam só a ser subsidiadas com menos do que um salário-mínimo. Neste modelo de

parceria "ilusória", pode-se observar que as AT's estão constantemente sujeitas aos desejos dos governos politicamente nomeados, onde as apologias partidárias também se encaixam na cooperação do governo com o líder local vigente de uma comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação paisagística entre os rituais tradicionais construídos ao longo dos séculos e sua representação social tem um alcance quase unânime quando socialmente ligados a valores culturais, símbolos e rituais, pois poucos entre seus membros questionam a legitimidade das autoridades existentes em um determinado lugar. Isto mostra que a legitimação do poder é um conceito socialmente construído, mas que ele é ativado e adotado pelo grupo e aceito pelo coletivo sem questionar sua eficácia e relevância. Ao assumir que existem percepções que são construídas socialmente em torno da necessidade de coesão entre o poder político e cultural controlado pelas autoridades tradicionais. Podemos observar que no sul de Moçambique (Maputo, Gaza e Inhambane), o "Kupalha" é uma forma de o Estado negociar o acesso aos rituais, controlando assim a autoridade tradicional que tem comunicação com os espíritos dos antepassados. Este controle serve em parte como base para a submissão coletiva e em parte como um mecanismo para controlar qualquer rebelião contra o Estado.

Devemos, portanto, concluir que existem, neste projeto de aparente empoderamento da figura do AT's, ditames que desempenham um papel importante em dois momentos na forma ideológica de refratores do povo na localidade. No primeiro, vê-se a existência da imagem de um estado natural definido pelos antepassados e, em segundo, um estágio de aparente zanga dos espíritos dos antepassados comuns, que normalmente pertence a do líder e que rebelar-se pode ser uma forma de mostrar sua insatisfação com o poder politicamente constituído. Neste período, a atual relação existencial fictícia de aparente empoderamento é o resultado de um longo processo de negação e consequente aceitação por parte do governo - tanto colonial e principalmente pós-colonial, que notaram que o único caminho para aglutinação das diferenças existentes com o povo. Estas são as diferenças, que só se tornaram solúveis através do respeito e credibilidade que esses líderes tradicionais impõem à população, particularmente nas áreas ultrarurais onde vive a maioria dos moçambicanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CARNEIRO DA CUNHA, M. "Cultura e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais". In: CARNEIRO DA CUNHA, M. **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p.311-373.

HB. “Escola no norte de Moçambique regista quarta vaga de desmaios em dois anos”. **LUSA**, Maputo, n. 19513779, página principal, 27 jul 2015. Disponível em https://www.lusa.pt/subscriber/article/19513779?srv_id=101&list_id=8205620000658809852, acessado a 01 de novembro de 2020

FLÔRENCIO, Fernando. “Autoridades Tradicionais VaNdau de Moçambique: O Regresso do *Indirect Rule* ou uma espécie de *neo-Indirect Rule*”. **Análise Social**. v. 2 n. 1, p. 369-397, 2008.

HONWANA, Alcinda Manuel. **Espíritos Vivos, Tradições Modernas: Possessão de Espíritos e Reintegração Social pós-guerra no sul de Moçambique**. Maputo: Promédia, 2002.

LANGA, Adriano. **Questões Cristãs à Religião Tradicional Africana (Moçambique)**. 2 ed. Braga: Franciscana, 1992.

LOURENÇO, Vitor Alexandre. Entre Estado e Autoridades Tradicionais em Moçambique: Velhas Aporias ou Novas Possibilidades Políticas? **Revista de Ciência Política e Relações Internacionais**. V. 5) 6. 2007, p 195-207.

_____. Estado, Autoridades Tradicionais e Transição Democrática em Moçambique: Questões Teóricas, dinâmicas Sociais e Estratégias Políticas. *In: Cadernos de Estudos Sociais*, v. 16 n.17, p 115 – 138, 2009.

ADMIN. Os mistérios de uma escola assombrada. **@Verdade**, a verdade em cada palavra, Maputo, 22 maio 2010. Disponível em <https://verdade.co.mz/os-misterios-de-uma-escola-assombrada/>, acessado a 09 de outubro de 2020

MACHEL, Samora. M. “Educar o Homem para Vencer a Guerra, criar uma Sociedade Nova e Desenvolver a Pátria”. *In: Estudos e Orientações*, v. 2, n. 1, 1978.

MAMDANI, Mahmood. **Beyond Settler and Native as Political Identities: Overcoming the Political Legacy of Colonialism. Comparative Studies in Society and History**, v. 43. London: Cambridge University, 2001, p 651-664.

_____. Political Identity, Citizenship and Ethnicity in Post-Colonial Africa. “*New Frontiers of Social Policy*”. Arusha, Conference, Arusha, 2005.

MENESES, Maria Paula. “Poderes, Direitos e Cidadania: O Retorno das Autoridades Tradicionais em Moçambique”. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*. v. 87 n. 1, p 9-42, 2009.

MINTER, William. Nacionalismo, Etnicidade e Descolonização. *In: MINTER, W. Os Contras do Apartheid: As Raízes da Guerra em Angola e Moçambique*. Maputo: AHM, 1998, p 105-135.

PAREDES, Marçal de Menezes. “A Construção da Identidade Nacional Moçambicana no Pós-Independência: Sua Complexidade e alguns Problemas de Pesquisa”. *In: Anos 90*, v.21, p. 131-161, 2014.

PINA CABRAL, João de. “Identidades Inseridas: Algumas divagações sobre Identidades, Emoção e Ética”. **Working Paper**, v. 2 n. 3, 2003.

O RITUAL "KUPALHA" COMO CAMINHO PARA EMPONDERAMENTO E INCLUSÃO DO PODER LOCAL (AUTORIDADE TRADICIONAL) PELO PODER POLÍTICO NO SUL DE MOÇAMBIQUE

RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. "On Social Structure". **The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland**. v. 70, 1940, p 1-12

SELEMANE, Abibo. "Espíritos" começam a perseguir rapazes. **DomingoOnline**, Maputo de 14 mar. 2015. Disponível em www.jornaldomingo.co.mz/reportagem/espirtos-comecam-a-perseguir-rapazes/ acesso 20 de novembro de 2019

SERRA, Carlos. **História de Moçambique**. V. 1. Maputo: Universitária, 2000.

Recebido em: 03/11/2021
Aprovado em: 12/05/2022